



Emenda impositiva de bancada deverá entrar na LDO 5

Avança proposta que protege dados pessoais 7

Renan sinaliza que veto presidencial não será votado já 5

Comissão pode estudar alívio nas dívidas estaduais 2

Entidades defendem reajuste de taxa paga à Ancine 8

Projeto prevê que certidões sejam emitidas on-line 7



Senador Raimundo Lira (C) preside audiência pública que discutiu a flexibilização das relações de trabalho por meio de contratos de terceirização de mão de obra

Empresários afirmam que terceirização será benéfica para a economia

Chamados a debater o tema no Senado, eles defenderam a modalidade de contratação inclusive em atividades-fim

Em audiência pública da Comissão de Assuntos Econômicos, representantes das Confederações Nacionais da Indústria e do Comércio disseram que projeto de lei sobre o

assunto contribuirá para o aumento da produtividade das empresas no país — ao contrário do que afirmam as centrais sindicais, que temem a precarização das relações de trabalho. Os debatedores,

incluindo economistas, condenaram o que chamaram de viés ideológico na discussão do tema e fizeram reparos aos estudos que embasaram as críticas à proposta. **8**

Marcos Oliveira/Agência Senado



Paes fala durante a audiência que foi proposta por Jô Moraes e Aloysio Nunes

Prefeito diz que 85% das obras estão prontas para Olimpíadas do Rio

Segundo Eduardo Paes, 85% dos equipamentos e 89% do parque olímpico estão concluídos. O prefeito do Rio de Janeiro informou que, dos R\$ 38 bilhões a serem gastos com o evento, 57% vêm da iniciativa privada. Paes também afirmou que as Olimpíadas deixarão

um legado de 27 realizações para a população, como a abertura de 150 quilômetros de transporte rápido por ônibus e a transformação de um centro esportivo em quatro escolas. A audiência pública abordou ainda as medidas de segurança para o evento. **6**

Discursos na tribuna viram debate entre senadores sobre impeachment

Senadores da oposição e da base aliada do governo revezaram-se na tribuna com pronunciamentos sobre a possibilidade de o Congresso iniciar um processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff. Ontem o Supremo Tribunal Federal deu liminares suspendendo o andamen-

to dos processos com base no rito definido no mês passado pela Câmara dos Deputados. A senadora Gleisi Hoffmann apontou uma articulação golpista da oposição, enquanto o senador Aloysio Nunes argumentou que irregularidades fiscais são motivo para o afastamento. **3**

Waldemir Barreto/Agência Senado



Em Plenário, Paulo Rocha acusa a oposição de usar falsidades para atacar Dilma

Plenário faz tributo a braço da ONU que luta contra fome

Na homenagem que o Senado fez aos 70 anos da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), parlamentares lembraram recentes ações bem-sucedidas do Brasil no combate à fome e à miséria. **4**

Senado lança revista dedicada ao pacto federativo

A nova edição da revista *Em Discussão!* foi lançada ontem na Comissão Especial para o Aprimoramento do Pacto Federativo. Senadores cobraram empenho do governo em resolver as dificuldades financeiras dos estados e municípios. **2**

pauta Feminina

Acolhimento familiar da mulher com câncer de mama

Mesa:

Ruffo de Freitas — professor adjunto IV e coordenador do Programa de Mastologia da UFG
Giselle de Fátima — vice-presidente da Sociedade Brasileira de Psico-Oncologia, chefe do Núcleo de Cuidados Paleativos da Secretaria de Saúde do DF
Antonieta Lucena — professora da rede pública
Representante do Ministério da Saúde — a confirmar

Data: 15 de outubro de 2015

Horário: 10 h

Local: Plenário 9 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal

Mais informações: 3303-1710

A participação poderá ser presencial, pelo 0800 61 22 11 ou pelo e-Cidadania

Ana Volpe/Agência Senado



Nelson Oliveira, editor da *Em Discussão!*, e Edna Carvalho, diretora-adjunta da Secom, com os senadores Pinheiro e Bezerra

Pacto federativo: senadores pedem empenho do governo

Durante lançamento da revista *Em Discussão!* que trata do assunto, Walter Pinheiro e Fernando Bezerra cobraram do Executivo posição mais firme para o ajuste das relações entre União, estados e municípios

O PRESIDENTE DA Comissão Especial para o Aprimoramento do Pacto Federativo, senador Walter Pinheiro (PT-BA), cobrou ontem mais empenho do governo com a agenda das relações entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios.

Durante o lançamento do número 26 da revista *Em Discussão!*, que trata de debates e votações relacionados ao pacto, o senador enfatizou a necessidade de resolver temas como o fim da guerra fiscal. Ele lembrou a importância da criação dos fundos de compensação e de desenvolvimento regional como base para a unificação das alíquotas do ICMS nas operações interestaduais.

Para Pinheiro, perdeu-se uma oportunidade de viabilizar os fundos com a votação de um projeto no Senado que regulamentava a repatriação de capitais brasileiros enviados ao exterior sem pagamento de Imposto de Renda. Em vez desse caminho para criar uma fonte estável de recursos para os fundos, o governo optou por enviar à Câmara um projeto de teor semelhante em regime de urgência, mas a proposta

parou naquela Casa.

— Não queremos criar os fundos por meio de medida provisória, mas por proposta de emenda à Constituição — disse Pinheiro.

O relator da comissão, senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), acredita que falta “liderança do governo” na questão da unificação das alíquotas. Segundo ele, depois de anunciar consenso em torno de uma saída para os conflitos do ICMS e a criação dos fundos, o governo mudou de enfoque e passou a pregar o aumento de impostos como estratégia contra a crise fiscal.

— O governo está apostando na recriação da CPME, enquanto as administrações estaduais estão atordoadas.

Pinheiro, Bezerra e Ana Amélia (PP-RS) elogiaram a publicação editada pela Secretaria de Comunicação do Senado (Secom) em versões impressa e eletrônica. Na avaliação de Pinheiro, a revista *Em Discussão!* é um importante documento sobre as negociações que envolveram parlamentares, governadores e prefeitos.

— Contra o conformismo legislativo, continuamos

acreditando [no pacto] e a revista *Em discussão!* reúne um importante acervo dessa agenda — disse.

Para Fernando Bezerra, “a revista anima o debate”, o que de resto, avaliou, é uma tarefa bem executada por outras publicações da Secom.

— A revista contribui de forma rica para a memória desse debate sobre o pacto, por meio de uma seleção bem feita dos assuntos — disse Ana Amélia (PP-RS), que se referiu, por exemplo, à participação da professora pernambucana Tânia Bacelar em audiência sobre a proposta de um Plano de Desenvolvimento Regional apresentada por Bezerra.

Essa audiência é também o tema do programa *Em discussão*, da TV Senado.

A diretora-adjunta da Secom, Edna de Souza Carvalho, ressaltou “as importantes parcerias” da Secretaria de Comunicação com as comissões e com a Gráfica do Senado, além da Consultoria Legislativa, o que confere densidade ao material publicado pela revista.

Leia a revista *Em Discussão!*
www.senado.leg.br/emdiscussao

Comissão analisará refinanciamento de dívidas estaduais

O senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) pediu ontem que a Comissão Especial de Aprimoramento do Pacto Federativo analise projeto de lei que permite a diminuição temporária das prestações de refinanciamento de dívidas celebradas entre a União, os estados e o Distrito Federal.

O Projeto de Lei do Senado (PLS) 662/2015 — Complementar, proposto pelo senador, tramita na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

— A aprovação dessa proposta vai trazer um alívio para a situação dos estados já para o início do próximo ano — disse.

De acordo com o texto, a União fica autorizada a reduzir os valores durante três anos, a contar do mês de fevereiro de 2016. A redução das prestações de cada estado e do Distrito Federal equivalerá a 2% de 1/12 da receita líquida real do ente federativo.

O projeto determina ainda que a diminuição dos valores

se dará sobre as prestações atualizadas e não comporá o saldo devedor para fins do cálculo das prestações mensais do contrato de refinanciamento original.

O presidente da Comissão do Pacto Federativo, senador Walter Pinheiro (PT-BA), elogiou a proposta. Ele destacou que a diminuição dos valores das prestações é tão importante quanto a troca do indexador e a redução do estoque das dívidas dos estados.

Atingidos pela cheia no Rio Grande do Sul pedem ajuda, diz Paim

Paulo Paim (PT-RS) chamou a atenção em Plenário para as chuvas que atingiram 56 municípios do Rio Grande do Sul, dos quais 9 estão em situação de emergência. Ele disse que 50 mil gaúchos estão enfrentando situação difícil e que donativos serão bem-vindos.

O senador também respondeu a artigo do jornalista Rodrigo Constantino que classifica de populista a defesa das leis trabalhistas feita por ele. Paim disse que “se defender direitos garantidos pela CLT é ser populista”, não vê problema em ser chamado dessa forma.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Lasier Martins relata destruição causada pelas enchentes no RS

Lasier Martins (PDT-RS) lamentou as enchentes que vitimam a população gaúcha. Há mais de 70 anos o Rio Grande do Sul não enfrentava uma cheia tão forte, salientou o senador, que pediu ajuda federal. Estradas estão destruídas e o Rio Guaíba, que banha Porto Alegre, atingiu o maior nível em 74 anos.

— São muitos os infortúnios que conspiram contra o estado nos últimos tempos. Agora os céus desabam águas como há muito não desabavam sobre o Rio Grande do Sul — lamentou, referindo-se também à crise financeira do estado.



Marcos Oliveira/Agência Senado

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



- CI Portos**
8h30 Debate sobre emendas ao Orçamento 2016. Depois, audiência sobre portarias da União que tratam de águas públicas e cobrança nos portos.
- CMO Mamografia**
9h Debate sobre emendas ao Orçamento 2016. Depois, análise de projeto sobre mamografia no SUS e audiência sobre critérios para pessoas com deficiência em concursos públicos. Às 14h, nova reunião para exame de emendas ao Orçamento de 2016.
- CDR Codevasf**
9h Debate de emendas ao Orçamento 2016. Após, análise, entre 11 itens, de projeto sobre a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco.
- CDH Crianças desaparecidas**
9h Lançamento de site do Conselho Federal de Medicina sobre crianças desaparecidas. Após, análise de projeto sobre diferença de idade entre o pretendente à adoção e o adotando e de emendas ao Orçamento 2016.
- CE ELA**
9h30 Debate das emendas ao Orçamento 2016. Depois, audiência para institucionalizar o Dia Nacional da Luta contra a Esclerose Lateral Amiotrófica (ELA).
- CCJ Abastecimento de água**
10h Análise de projeto sobre abastecimento de água por fontes alternativas e de emendas ao Orçamento 2016.
- MP 684/2015 Parcerias**
10h30 Audiência para debater MP que adia a vigência de lei sobre parcerias de ONGs com o poder público.
- PLENÁRIO Terrorismo**
14h Na pauta, projeto que tipifica o crime de terrorismo.
- PROCURADORIA DA MULHER Pacto**
14h Bancada feminina do Congresso promove o Pacto Federativo pelos Direitos das Mulheres.
- CPI DO FUTEBOL Audiência**
14h30 Audiência pública com presidentes do Corinthians e do Vasco.
- CRA Orçamento**
14h30 Emendas ao Orçamento de 2016.
- CCT Emendas ao Orçamento**
14h30 Emendas ao Orçamento 2016.
- MP 682/2015 Seguro rural**
14h30 Análise de relatório da comissão da MP sobre gestão do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural.
- MP 690/2015 Produtos eletrônicos**
14h30 Audiência sobre a MP que muda tributação de bebidas.
- PRESIDÊNCIA Ordem do dia**
15h Reunião de líderes. Às 16h, Renan Calheiros preside a ordem do dia.
- MP 692/2015 Imposto de Renda**
15h Eleição de mesa da comissão da MP que aumenta Imposto de Renda na venda de imóveis.
- MP 693/2015 Jogos Olímpicos**
15h10 Eleição de mesa da comissão da MP que isenta de impostos empresas de energia nos Jogos Olímpicos.
- MP 694/2015 IR**
15h20 Eleição de mesa da comissão da MP que aumenta Imposto de Renda de sócios ou acionistas de empresas.
- MP 695/2015 Loteria**
15h30 Eleição de mesa da comissão da MP que amplia a loteria instantânea.
- VIOLÊNCIA CONTRA MULHER Reunião**
15h30 Emendas ao Orçamento 2016.
- MP 696/2015 Presidência**
15h40 Eleição de mesa da comissão da MP sobre estrutura e competências de órgãos da Presidência da República.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**:
<http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**:
<http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 10h, reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Decisão tomada ontem pelo STF suspendeu a tramitação do processo de impeachment do modo como estava sendo previsto pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha

Impeachment é golpe na Constituição, diz Gleisi

PRONUNCIAMENTO FEITO EM Plenário ontem por Gleisi Hoffmann (PT-PR) provocou discussão entre senadores do seu partido e do PSDB. Gleisi disse que a oposição protagoniza uma articulação “golpista” com o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, para derrubar a presidente da República, Dilma Rousseff. Os tucanos reagiram às declarações.

Gleisi se referiu às liminares do Supremo Tribunal Federal (STF) que impedem a tramitação dos pedidos de impeachment de Dilma na Câmara dentro do rito que foi definido por Cunha. Ela disse que as decisões do STF bloqueiam os “atalhos na Constituição” para acelerar o processo de impedimento da presidente.

— Essas liminares evidenciam a articulação golpista da oposição com o presidente da Câmara para burlar o processo constitucional. A oposição está muito nervosa e quis dar um golpe. Não se conforma de a presidenta Dilma ter ganhado legitimamente as eleições e vem tentando um “terceiro turno” — criticou.

O líder do PSDB, senador

Cássio Cunha Lima (PB), disse que os movimentos da oposição não saem “um milímetro” da Constituição. Segundo ele, as liminares do STF não configuram proibição para que os pedidos de impeachment sigam seu curso.

— A lei afirma que a denúncia será recebida, lida e despachada para comissão especial. É isso que pretendemos. Uma liminar do STF não suspende o rito da lei. É permitido a qualquer cidadão denunciar a presidente por crime de responsabilidade, então não há que se falar em golpe.

Para Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), classificar a atuação da oposição como golpe é estratégia do PT para “esconder a realidade”. Ele defendeu o impeachment com base nas irregularidades fiscais do primeiro mandato da presidente.

— Foi uma estratégia deliberada para ocultar a real situação das finanças brasileiras, tudo com o objetivo único de continuar gastando e ganhar as eleições enganando o povo. Ela descumpriu a obrigação de suspender despesas voluntárias quando se evidenciou o déficit e realizou despesas sem



Para Gleisi Hoffmann, a oposição não se conforma com a perda das eleições

autorização legal. Isso é crime.

Gleisi argumentou que as contas do governo foram rejeitadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em julgamento político.

— Para haver crime de responsabilidade, o Congresso tem que aprovar o parecer. Se a oposição quer impeachment, que encontre a base legal para instalá-lo.

Já José Pimentel (PT-CE) questionou denúncias de que a campanha eleitoral de Dilma teria recebido dinheiro de fraudes na Petrobras. Para ele, esse discurso se aplica ao candidato da oposição, o senador Aécio Neves (PSDB-MG).

— O candidato da oposição foi financiado pela conta da mesma empresa, mas parece que esse dinheiro não tem a mesma natureza — ironizou.

Aécio afirmou que o dinheiro recebido por sua campanha “não traz nenhum compromisso” com as empresas que o doaram. Segundo ele, a atual vulnerabilidade do governo foi gerada pelas próprias ações do Planalto.

— Temos hoje um governo que só se fragilizou desde as eleições porque o discurso não corresponde às ações. A crise na qual mergulharam o Brasil é responsabilidade deles — afirmou.

Para Viana, adversários alimentam dupla crise no país

Jorge Viana (PT-AC) afirmou no Plenário que a crise política é alimentada pela oposição e está fazendo a crise econômica piorar. Para ele, parte da oposição está trabalhando para tirar Dilma Rousseff da Presidência “de qualquer maneira”.

— Boa parte da piora da economia do Brasil está vinculada à crise política que estamos vivendo. Qualquer pessoa com inteligência mediana sabe que um país continental como o nosso, vivendo o drama que está vivendo desde o fim da eleição do ano passado até hoje, tem sua economia afetada — disse.

O senador afirmou que a recente decisão do TCU, que rejeitou as contas presidenciais de 2014, é apenas um relatório. Viana declarou que o TCU é um órgão auxiliar do Poder Legis-

lativo, cabendo exclusivamente ao Congresso o julgamento.

Ele também disse que o presidente da Câmara, deputado Eduardo Cunha, tem a simpatia de opositoristas, pois já se assumiu como adversário do governo do PT.

Mesmo depois de graves denúncias contra Cunha, acrescentou o senador, boa parte da oposição ainda mantém apoio ao deputado com o único objetivo de promover o impeachment de Dilma.

— O senhor Eduardo Cunha hoje está sendo questionado por toda a sociedade, menos pela oposição. O Supremo Tribunal Federal sentenciou: não vai haver essa artimanha de o presidente da Câmara não recepcionar o pedido de impeachment, a oposição recorrer ao Plenário e, por

maioria simples, burlando a lei, desrespeitando a Constituição, abrir-se um processo de impeachment. É esse ponto que alguns, legitimamente, chamam de “golpe”. Isso não está previsto na Constituição; quem está dizendo é o Supremo.

Aécio Neves (PSDB-MG) disse que o maior responsável pelas crises política e econômica do país é o governo do PT. Para ele, o governo Dilma Rousseff optou por dar mais atenção à disputa eleitoral, deixando de lado medidas que poderiam ter minimizado os efeitos da crise econômica.

— O crime de responsabilidade é atestado pela unanimidade do Tribunal de Contas. Vamos continuar fazendo o nosso papel, defender a democracia e defender as instituições dos ataques que vêm sofrendo do governo do PT.

Paulo Rocha (PT-PA) acusou a oposição de usar “informações falsas” para atacar o governo Dilma. Como exemplo, ele citou a denúncia de que um filho do ex-presidente Lula teria participado de irregularidades.

Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) disse que já está comprovado que Dilma descumpriu a lei orçamentária, o que, em seu entender, caracteriza crime de responsabilidade e é motivo suficiente para a abertura de um processo de impeachment.

Lindbergh Farias (PT-RJ)

discordou do colega:

— O PSDB está em conluio e está protegendo o deputado Eduardo Cunha, que é investigado, sim, como muitos daqui, como eu e muitos outros. Só que, no caso do deputado Eduardo Cunha, surgiram provas cabais de desvio de recursos da Petrobras abastecendo contas pessoais na Suíça.

Randolfe pede apoio para representação contra Eduardo Cunha

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) anunciou ontem que o PSOL e a Rede Sustentabilidade entregaram ao Conselho de Ética da Câmara uma representação contra o presidente da Casa, Eduardo Cunha.

— É um dever moral neste momento afastar esse senhor da Câmara — disse.

O pedido divide em dois grupos as condutas de Cunha que seriam incompatíveis com o decoro: o das condutas que motivaram a denúncia por corrupção passiva e lavagem de dinheiro e o que considera prestação de informação falsa, visto que ele negou ter contas na Suíça, depois descobertas pelo MP.



Waldemir Borges/Agência Senado

No Plenário, senadores entram em choque por causa de Dilma

Oposição e base governista se revezaram na tribuna para falar sobre a situação da presidente Dilma Rousseff.

Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) acusou o PT de tentar intimidar os opositores, que, segundo ele, não têm intenção “golpista”:

— Se for preciso, eu vou para a rua lutar pelo Brasil. E não serei o único, porque chega, basta de tanta irresponsabilidade. Basta de tanta provocação, porque insultam, provocam e depois vêm chamar para o diálogo.

Eduardo Amorim (PSC-SE) classificou o governo de ineficiente no trato da administração pública, situação que levou Dilma a ser a primeira presidente a ter contas rejeitadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) desde Getúlio Vargas.

— O povo não aguenta mais continuar pagando a conta da ineficiência. O governo não faz a sua parte, não corta na própria carne e exige sacrifícios cada vez maiores.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) criticou a oposição, que, segundo ela, tem buscado qualquer argumento para contestar a eleição de Dilma:

— Precisamos de uma unidade para resolver esse problema, só que alguns não querem que essa unidade se dê em torno da presidente e buscam razões que não existem para impedi-la de governar.

Douglas Cintra (PTB-PE) disse que os ajustes propostos pelo governo já estão em andamento e trarão o fortalecimento da economia brasileira.

Fátima Bezerra (PT-RN) elogiou a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que suspendeu o rito definido pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha, para o andamento dos requerimentos pedindo impeachment de Dilma:

— Alguém aqui já ouviu falar que tem contas na Suíça que pagaram despesas da filha da presidenta Dilma nos Estados Unidos? Claro que isso não existe, porque temos convicção da honestidade da presidenta.

Na mesma linha, o líder do PT, Humberto Costa (PE), disse que as liminares dos ministros do STF Teori Zavascki são “manifestações em favor da legalidade democrática e contra a escalada golpista empreendida pela oposição”.



Jorge Viana critica adversários de Dilma: “Crise política piora crise econômica”

FAO, braço das Nações Unidas dedicado à segurança alimentar, completa 70 anos. Plenário fez homenagem à entidade e destacou avanços do Brasil na redução da miséria

Senado lembra luta mundial da ONU contra fome

O BRASIL FOI apontado ontem, no Senado, durante a sessão especial no Plenário que celebrou os 70 anos de criação da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), como exemplo de país que alcançou sucesso no combate à fome e à pobreza extrema.

Nos discursos, senadores e convidados enumeraram conquistas que resultaram de políticas de incentivo ao desenvolvimento rural, do apoio à pesquisa e à extensão agrícola e pecuária e de programas de inclusão social, como o Bolsa Família.

Ana Amélia (PP-RS), que propôs a homenagem, disse que celebrar os 70 anos da FAO é também um momento para reconhecer os avanços da agricultura brasileira. Ela destacou a contribuição de cada agricultor, do pequeno ao grande produtor, e dos cooperativados.

A senadora também ressaltou o papel das entidades representativas do setor agrícola, dos pesquisadores da Embrapa e das universidades, esses dois últimos pelas novas tecnologias e processos de produção.

Balança comercial

Mesmo nestes tempos de crise econômica e política, observou Ana Amélia, a agricultura brasileira tem conseguido se destacar, contribuindo para reforçar o produto interno bruto (PIB) e os resultados positivos da balança comercial, com superávits sucessivos e safras recordes. Ela lembrou que no período 2015-2016 a produção agrícola deve ultrapassar 209 milhões de toneladas.

Para chefe da FAO no país, número de famintos é vergonha para humanidade

O representante da FAO no Brasil, Alan Bojanic, afirmou que a permanência de números relativos a pessoas com fome, em qualquer lugar, é uma “vergonha para a humanidade”. No Brasil, disse que a boa notícia é que, desde o ano passado, o país não faz mais parte do *Mapa da Fome das Nações Unidas*. Como explicou, isso significa que menos de 5% da população brasileira está nesse estado.

— Mas já não é um problema estrutural, e sim de focalizar nos grupos mais vulneráveis que ainda existem. Já não é um problema endêmico da sociedade brasileira — explicou.

Bojanic salientou que, na década de 2000, a entidade apoiou a implementação dos

— Temos contribuído para alimentar os brasileiros e a população mundial, que deve chegar a 9 bilhões de pessoas em 2050. Os desafios, como se sabe, continuam enormes e extremamente relevantes — afirmou.

Valdir Raupp (PMDB-RO) observou que o desafio é ainda mais preocupante quando se sabe que a população não vai parar de crescer, chegando a 12 bilhões em 2100, sendo a África três vezes mais populosa que hoje, segundo estudos recentes.

Florestas

Para o senador, o conhecimento será a chave para a solução do problema e, nesse contexto, graças à ciência e à tecnologia, o Brasil é referência, com avanços crescentes de produtividade.

— E isso preservando as nossas florestas. O Brasil preserva mais de 50% das nossas florestas — salientou Raupp.

Regina Sousa (PT-PI) reconheceu que o Brasil vem vencendo o desafio de garantir comida e matar a fome da população. A senadora observou, contudo, que outros permanecem, como a necessidade de garantir a qualidade da produção. A seu ver, isso compreende a questão do controle e do seguro de agrotóxicos. Ela citou a necessidade de evitar desperdícios na produção e, ainda no contexto alimentar e nutricional, o problema da obesidade.

— Precisamos cuidar disso, porque tem tudo a ver com a alimentação, principalmente das crianças — cobrou, mencionando a alimentação nas escolas.

Programas Fome Zero e Bolsa Família. Disse que tais políticas inclusivas convergiam com as metas e os objetivos traçados pela Cúpula Mundial de Alimentação, de modo coerente com abordagens do programa de combate à fome da FAO. A seu ver, o Brasil é um grande exemplo de sucesso.

— A FAO parabeniza o país por todos os esforços implementados nos últimos anos para acabar com a fome. As iniciativas têm-se destacado no âmbito internacional, e muitas nações estão interessadas em conhecer os projetos e os programas brasileiros. E a nossa organização tem atuado como um fio condutor para levar essas experiências a outros países.



A senadora Ana Amélia discursa na sessão de homenagem à FAO e destaca avanços recentes da agricultura brasileira

Brasil tem que manter ajuda, diz Graziano

Dirigida atualmente pelo brasileiro José Graziano, a FAO foi a primeira organização especializada da ONU. Sediada em Roma, lidera programas internacionais de erradicação da fome e da insegurança alimentar e apoia países em desenvolvimento com a formulação e execução de políticas e projetos de assistência técnica nas áreas agrícola, alimentar, florestal, pesqueira e de desenvolvimento rural. Também atua como fórum neutro em que os países se reúnem para negociar acordos, debater políticas e impulsionar iniciativas estratégicas. Conta hoje com 194 países-membros.

Preso a compromissos em Roma, José Graziano enviou um vídeo que foi exibido na abertura da sessão, em

que agradece a homenagem prestada à organização. Ele aproveitou a oportunidade para pedir que o Brasil, apesar da crise que enfrenta no momento, não interrompa projetos de cooperação que presta a países mais pobres por meio da FAO. Para ele, essa crise é passageira e será vencida.

— Não podemos, neste momento de dificuldade, virar as costas para países com os quais cooperamos. Os recursos utilizados na cooperação internacional são muito pequenos à luz da sua enorme importância para garantir um futuro melhor para todos — assinalou.

Para ele, a celebração das conquistas alcançadas pela entidade nos seus 70 anos deve ser acompanhada da

constatação de que ainda há muito o que fazer. Graziano observou que cerca de 800 milhões de pessoas ainda passam fome e enfrentam desnutrição em todo o mundo. Porém, disse que esse problema pode ser superado ainda nessa geração.

— Temos as ferramentas para isso. Teremos que tornar a agricultura e os sistemas alimentares mais sustentáveis e inclusivos e mais adaptáveis às mudanças do clima — reforçou.

O vice-presidente do Senado, Jorge Viana (PT-AC), que abriu a solenidade, passando depois o comando para Ana Amélia (PP-RS), disse que a exibição da mensagem de Graziano, pela força do conteúdo, foi a melhor forma de abrir a homenagem à FAO.

Profissionais recebem o Prêmio Heróis da Revolução Verde

A sessão especial serviu de oportunidade para a entrega, pela FAO, do Prêmio Heróis da Revolução Verde Brasileira a gestores e pesquisadores do setor agropecuário. Esse é o terceiro ano em que a premiação é concedida a personalidades que, pela trajetória, contribuíram para que o Brasil fosse capaz de atender a demanda de alimentos da população e ainda se tornar um grande provedor para o restante do mundo.

Os agraciados foram: Alberto Duque Portugal, ex-presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa); Carlos Clemente Cerri, do Centro de Energia Nuclear na Agricultura da USP; Geraldo Sant’Ana de Camargo Barros, da Escola Superior de Agricultura da



Alberto Portugal, ex-presidente da Embrapa, foi um dos agraciados

USP; Heitor Cantarella, pesquisador do Instituto Agrônomo de Campinas (SP); Lourival Carmo Monaco, presidente da Fundecitrus; e Luiz Otavio Campos da Silva, pesquisador da Universidade Federal de Viçosa (MG).

O prêmio é uma parceria entre a FAO, a Embrapa, a Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef) e a Associação Brasileira do

Agronegócio (Abag).

A Embrapa foi representada por seu presidente, Maurício Lopes. Pela Andef, participou o diretor-executivo, Eduardo Daher; e pela Abag, o vice-presidente, Francisco Maturro. Entre os que integraram a mesa, estavam o presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás (Faeg), José Mário Schreiner, e o diretor de Gestão de Pessoas da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Rogério Abdalla.

Dois agraciados não compareceram: Ruy de Araújo Caldas, professor da Universidade Católica de Brasília (UCB); e José Aroldo Gallassini, presidente da Agroindustrial Cooperativa (Coamo), a maior cooperativa agrícola do país.

LDO deverá prever emenda impositiva de bancada

Relator tenta organizar a 1ª experiência do tipo, que prevê a execução obrigatória de uma emenda escolhida por deputados e senadores em seus estados com verba do PAC

A COMISSÃO MISTA de Orçamento (CMO) deve manter dois acordos em relação às emendas de bancada para a proposta orçamentária de 2016 (PLN 7/2015).

Na última semana, os parlamentares resolveram citar, na parte do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO - PLN 1/15) conhecida como Anexo de Metas, todas as 610 emendas das bancadas estaduais. O outro acordo prevê que uma emenda por estado deverá ser obrigatoriamente executada pelo governo com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

De acordo com o deputado federal Ricardo Barros (PP-PR), relator da proposta orçamentária, o acordo para incluir as emendas no Anexo de Metas não inviabiliza o



Rose de Freitas (2ª à dir.) conduz a reunião da Comissão Mista de Orçamento: em pauta, as emendas parlamentares

acordo que prioriza a execução de uma emenda por estado.

Barros tenta organizar a primeira experiência de emenda impositiva de bancada — aquela a ser escolhida pelos deputados e senadores de cada estado para ser executada com verbas do PAC e que deverá ser cumprida obrigatoriamente pelo governo.

— Vamos fazer dois anexos, e os parlamentares já sabem que o Anexo de Metas deve ser vetado pelo governo. Minha proposta era de não citarmos as 610 emendas e priorizar as impositivas, mas fui vencido — disse.

Barros explicou os critérios para a distribuição dos recursos das emendas impositivas, que devem somar 10% do PAC

(ou R\$ 4,5 bilhões). Os órgãos responsáveis pelas obras, que já foram elencadas no relatório preliminar da LDO, deverão enviar um relatório com a capacidade de execução de cada uma delas para 2016 — os valores destinados pelo relator a cada empreendimento serão definidos a partir desse parecer técnico.

O relatório final da LDO de

2016 deve ser apresentado hoje pelo deputado Ricardo Teobaldo (PTB-PE). Espera-se que o processo de votação do texto seja concluído até a próxima semana. Na reunião de ontem da CMO, não houve quórum de senadores, e uma nova reunião foi marcada para hoje.

A presidente da comissão, Rose de Freitas (PMDB-ES), chegou a dizer que, como os senadores integrantes do colegiado já estão ausentes desde a semana passada, pode pedir que eles sejam substituídos pelos líderes de seus partidos.

— Temos uma responsabilidade importante e tanto senadores quanto deputados precisam estar presentes — disse a senadora.

(Da Agência Câmara)

Não é prudente analisar vetos nesta semana, diz Renan

O melhor é fazer a convocação do Congresso Nacional no tempo certo. A declaração foi dada ontem pelo presidente do Senado, Renan Calheiros.

Conforme reportagens publicadas pela imprensa, o governo queria a realização de uma nova sessão do Congresso Nacional ontem para discutir a derrubada dos vetos da Presidência a propostas aprovadas pelo Parlamento. Renan, porém, disse que ainda não se decidiu sobre o assunto.

— Todos sabem que os vetos continuam mantidos enquanto não são apreciados, e isso é muito bom. Então, não é prudente fazer nesta semana uma sessão do Congresso Nacional — declarou Renan.

A pauta do Congresso traz vetos polêmicos que, se derru-



Renan em entrevista: Congresso deve ser convocado "no momento certo"

bados, podem causar grande impacto financeiro nas contas do governo. É o caso do veto que rejeita integralmente a proposta de aumento de até 78% para os servidores do Judiciário. O governo alega que a medida geraria efeito contrário ao atual esforço fiscal em curso para tirar o país da

crise econômica. A estimativa é que o reajuste custaria aos cofres públicos R\$ 36,2 bilhões até 2019.

A última tentativa de reunir o Congresso ocorreu na quarta-feira passada. A sessão, no entanto, teve de ser encerrada por falta de quórum por parte dos deputados.

Darcy Ribeiro e Luiz Henrique podem receber homenagens do Senado

Os ex-senadores Darcy Ribeiro (1922-1997) e Luiz Henrique (1940-2015) devem ser homenageados. A Comissão de Educação e Cultura (CE) aprovou ontem o PRS 2/2015, de Roberto Rocha (PSB-MA), que batiza de Ala Senador Darcy Ribeiro o segundo andar do bloco B do Anexo 2 do Senado, que compreende salas, corredores e o espaço junto ao Auditório Petrônio Portella.

A iniciativa original dava o nome apenas ao andar, mas foi ampliada a partir de sugestão do relator, João Alberto Souza (PMDB-MA).

Também foi lido e discutido o relatório de Cristovam Buarque (PDT-DF) que batiza de Campus Universitário Governador

Luiz Henrique a unidade da Universidade Federal de Santa Catarina em Joinville (SC).

Para Cristovam, Luiz Henrique — que morreu há cinco meses, também no exercício do mandato de senador — foi um administrador que deixou marcas nos cargos que exerceu. Ele foi prefeito de Joinville (1977-1982 e 1997-2002) e governador (2003-2010), tendo ocupado ainda o Ministério da Ciência e Tecnologia (1987-1988) no governo Sarney. O projeto, de Paulo Bauer (PSDB-SC), pode ser votado na próxima reunião da CE. A homenagem a Luiz Henrique foi elogiada também por Dário Berger (PMDB-SC), Fátima Bezerra (PT-RN) e Donizeti Nogueira (PT-TO).

Falta generalizada de confiança impede retomada, afirma Blairo

Blairo Maggi (PR-MT) manifestou preocupação com a economia do país. Na opinião do senador, o Brasil precisa retomar a confiança para voltar a crescer.

— O país vive neste momento uma crise econômica, política e moral, mas acima de tudo uma crise de confiança. Sem confiança, não avançamos.

Blairo afirmou que a confiança é muito importante para fazer "a roda da economia andar". Ele deu como exemplo os bancos e as grandes empresas. Quando o mercado perde confiança, o crédito fica mais difícil. Sem recursos para financiar a produção e o consumo, as empresas tendem a se retrair. Depois, acrescentou, o resultado pode ser o desemprego.



Ana Volpé/Agência Senado

Gurgacz cita avanços na relação comercial do Brasil com Rússia e China

Acir Gurgacz (PDT-RO) relatou a participação no Fórum de Agronegócios do Brics (grupo que reúne Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Ele esteve em Moscou com a comitiva oficial chefiada pela ministra da Agricultura, Kátia Abreu.

De acordo com o senador, houve reuniões com representantes desses países. Gurgacz disse que as negociações foram satisfatórias e acarretarão avanços nas relações comerciais do Brasil.

Depois de assinar acordos alfandegários e relativos à vigilância sanitária, disse o senador, o Brasil agora vai poder aumentar a exportação de carne bovina certificada para a Rússia e os demais países do Brics.



Ana Volpé/Agência Senado

Bezerra cobra políticas públicas que impeçam jovens de entrar no crime

Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) ressaltou a importância de o governo federal dialogar com a sociedade e buscar soluções para o enfrentamento do crime. O senador lembrou dados do Mapa da Violência 2014, que registrou mais de 56,3 mil assassinatos no Brasil naquele ano. O número, segundo ele, equivale a uma morte a cada dez minutos.

— São números comparáveis aos de uma guerra, que causam vergonha, revolta e medo.

O senador ressaltou que a violência tem uma relação direta com a pobreza. Das dez cidades mais letais do Brasil, oito estão localizadas na Região Nordeste.

— Devemos avançar nas políticas de proteção e acolhimento, evitando que mais jovens caiam no crime.

Cassol apoia decisão do STF sobre uso de droga nacional contra câncer

Ivo Cassol (PP-RO) elogiou o Supremo Tribunal Federal por uma liminar que autoriza o acesso de pacientes com câncer à fosfoetanolamina sintética, substância desenvolvida por pesquisadores brasileiros que está em fase experimental e vem apresentando bons resultados.

Segundo o senador, em seu parecer o ministro Edson Fachin afirma que o fato de o medicamento ainda não ter registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) não implica lesão à ordem pública. O mérito da ação, no entanto, ainda não foi julgado.

— Temos mais de mil pacientes que já utilizaram esse medicamento e estão curados. Queremos um depoimento mais forte do que isso?



Waldemir Barreto/Agência Senado



Em debate coordenado pela deputada Jô Moraes e pelo senador Aloysio (3º à dir.), Paes informa que 57% dos R\$ 38 bi a serem gastos nos jogos vêm do setor privado

Obras olímpicas estão dentro do prazo, diz prefeito do Rio de Janeiro

Eduardo Paes afirmou que 85% dos equipamentos para os jogos estão prontos. Debate também abordou medidas de segurança para o evento

O PREFEITO DO Rio de Janeiro, Eduardo Paes, disse ontem no Senado que as obras para as Olimpíadas de 2016 “estão caminhando muito bem, no prazo e nos custos”. Ele afirmou que não vai envergonhar o Brasil com projetos inúteis, visto que alguns empreendimentos darão origem a escolas e centros esportivos em comunidades carentes.

— Os motivos que levaram à escolha do Rio foram muito mais os nossos defeitos que as nossas qualidades. As Olimpíadas são uma oportunidade de transformar a cidade. Vencemos Madri, Tóquio e Chicago, que têm infraestrutura melhor que a do Rio. Mas o que conquistou o voto do Comitê Olímpico Internacional foram os desafios — disse em audiência pública na Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência.

O debate, que também abordou a segurança para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, foi proposto pelo senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) e pela deputada Jô Moraes (PCdoB-MG).

De acordo com Paes, 57% dos R\$ 38 bilhões a serem gastos nas Olimpíadas são da iniciativa privada. No caso da Vila dos Atletas, os recursos do

setor correspondem a 91% do investimento.

O restante do orçamento geral dos jogos é de responsabilidade do comitê organizador, de parcerias público-privadas e do setor público, que responde por R\$ 2 bilhões. O prefeito informou que 85% dos equipamentos olímpicos e 89% do Parque Olímpico estão prontos.

A reversibilidade da arquitetura nas obras foi destacada. Segundo Paes, a Arena do Futuro, que receberá partidas de handebol nas Olimpíadas e *goalball* nos Jogos Paralímpicos, será transformada em quatro escolas após as competições. O Estádio Aquático Olímpico, por sua vez, dará lugar a dois centros aquáticos menores, em municípios da Baixada Fluminense.

Também deverão ser entregues 27 projetos de legado, como a abertura de 150 quilômetros de BRT (transporte rápido por ônibus, na sigla em inglês) e 26 de VLT (veículo leve sobre trilhos).

Aloysio Nunes disse que o esboço das obras imaginadas pelo prefeito do Rio está se tornando realidade. Com as Olimpíadas, disse a deputada Soraya Santos (PMDB-RJ), o Brasil mostra ao mundo que

tem competência e compromisso de entregar obras de baixo custo, com modelo inovador a ser replicado em outras cidades.

Inteligência

Sobre as atividades de inteligência nas Olimpíadas, o prefeito lembrou que foram essencialmente direcionadas ao governo federal, cabendo ao município um papel complementar.

Marta Suplicy (PMDB-SP) avaliou que o Brasil encontra-se vulnerável a ataques terroristas e cobrou providências das autoridades do setor.

Diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Wilson Trezza informou que os Jogos Olímpicos contarão com 103 representantes de inteligência e 206 países participantes. Ele observou que a Abin destaca-se em ações preventivas de combate ao terrorismo, com pessoas que atuam em rede, em agências de turismo e aeroportos, em articulação com serviços de inteligência estrangeiros.

Trezza destacou a experiência acumulada pelo Brasil na Rio + 20, conferência da ONU em 2012, e nas reuniões

do Mercosul e do Brics, grupo que reúne Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

Para o diretor de Inteligência da Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos, do Ministério da Justiça, William Murad, não se pode falar em planejamento de segurança pública sem se consultar o Centro de Operações do Rio de Janeiro. A unidade concentra informações sobre a mobilidade da capital fluminense.

— Temos aprendido muito com as lições da Copa. Foi possível antecipar muitas situações problemáticas. Mas seria superficial achar que o jogo está ganhando porque conseguimos, no âmbito da segurança pública, fazer um evento sem grandes problemas. A preparação segue rigorosamente o nível dessa complexidade — afirmou.

Já o coronel Marcelo Rodrigues explicou que a maioria das 669 unidades do Exército espalhadas pelo Brasil tem pelo menos uma sessão de inteligência classe C, capaz de fornecer dados e produzir informes. No campo externo, ele citou a atuação dos adidos de defesa, que têm a atribuição de solicitar informações às autoridades no exterior.

Lindbergh critica projeto que define terrorismo

Lindbergh Farias (PT-RJ) criticou ontem o PLC 101/2015, do Executivo, que tipifica o crime de terrorismo, já aprovado na Câmara dos Deputados e pronto para votação no Senado.

Segundo o projeto, crimes de terrorismo são os motivados por xenofobia, discriminação de raça, etnia ou religião, expondo a perigo pessoas e patrimônios. A pena prevista é de 12 a 30 anos de reclusão.

O senador acredita que a proposta prejudica os movimentos sociais.

— É um retrocesso para os direitos de participação política no Brasil porque deixará nas mãos de delegados e promotores o filtro para dizer se tal conduta é ou não de movimento social.

Medeiros pede mais atenção para o ensino técnico

José Medeiros (PPS-MT) pediu ao governo federal mais atenção ao ensino técnico, afirmando que é essencial para o país superar o desemprego e aumentar a produtividade.

Para o senador, a recém-terminada paralisação dos institutos federais de educação, que durou quase 100 dias e afetou cerca de 250 campi em 25 estados, é um exemplo do descuido com o ensino profissionalizante.

Ele disse que professores e técnicos fizeram a greve porque o governo se recusava a negociar com a categoria.

— As justas demandas apresentadas ao Executivo refletem a situação de desemprego em que se encontra o ensino profissionalizante no Brasil.



Waldemir Barreto/Agência Senado



Waldemir Barreto/Agência Senado

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Avança texto que garante proteção de dado pessoal

Substitutivo de Aloysio Nunes Ferreira prevê punição para a instituição, de bancos a redes sociais, que compartilhar informações das pessoas sem consentimento delas

PROPOSTA QUE CRIA um marco regulatório para a proteção de dados pessoais dos brasileiros foi aprovada ontem na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). Depois da realização de audiências públicas, o substitutivo de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 330/2013 foi acatado e agora vai para as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), de Assuntos Econômicos (CAE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A proposta busca assegurar o uso adequado dos dados coletados dos cidadãos, tendo como fundamentos, entre outros, a dignidade da pessoa e a inviolabilidade da honra e da imagem pessoal. O texto original é de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e tramitava em conjunto com o PLS 131/2014, da CPI da Espionagem, e o PLS 181/2014, do ex-senador Vital do Rêgo.

O texto estabelece que os dados pessoais não poderão ser utilizados para prejudicar o cidadão. A coleta deve ser feita sob consentimento, assim como o armazenamento e o tratamento dados às informações pessoais, por qualquer instituição, desde bancos até redes sociais na internet.

O cidadão também deverá ter o direito de se opor ao tra-



Projeto de lei aprovado em comissão tem como objetivo proteger o cidadão do uso indevido de seus dados pessoais

tamento imposto a esses dados, de não ter seus dados fornecidos a terceiros, de conhecer a finalidade do tratamento automatizado dos seus dados e de requerer a exclusão definitiva de informações pessoais armazenadas após o término dos contratos com empresas.

O projeto proíbe a coleta e o uso de dados anônimos que possam ser identificados a partir de cruzamento de informações. Também não permite o tratamento de dados que revelem orientação (religiosa, política ou sexual), convicção (filosófica) ou origem racial, entre outros, a menos que haja consentimento do titular.

A proposta determina ainda que o tratamento de dados pessoais de criança e de pessoa incapaz somente poderá ser realizado mediante consentimento dos responsáveis legais.

Uma vez aprovada, a lei será

aplicada mesmo que a atividade seja feita por pessoa jurídica sediada no exterior, desde que ofereça serviço ao público brasileiro ou pelo menos um integrante do mesmo grupo econômico possua estabelecimento no Brasil.

Anônimos

Exceção se aplica aos bancos de dados mantidos pelo Estado exclusivamente para fins de defesa nacional e segurança pública, aos bancos de dados mantidos exclusivamente para o exercício de atividade jornalística e à atividade de tratamento de dados realizada por pessoa natural para fins exclusivamente particulares, e não econômicos.

A lei também não se aplica à coleta e ao uso de dados anonimizados e dissociados, a chamada internet das coisas, desde que não seja possível identificar

o titular. Essa foi uma sugestão apresentada em audiências públicas. Entretanto, os dados “desanonimizados”, ou inicialmente anônimos que, por qualquer técnica, mecanismo ou procedimento, permitam a identificação do titular, terão a mesma proteção dos dados pessoais.

Os responsáveis pelo tratamento de dados pessoais responderão, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos titulares ou a terceiros. Os proprietários e gestores de bancos de dados deverão adotar medidas destinadas à proteção dos dados pessoais contra a perda ou destruição acidental ou ilícita, a alteração, a difusão e o acesso não autorizados.

Para isso, precisam impedir que pessoas não autorizadas tenham acesso aos equipa-

mentos, instalações e suportes de tratamento de dados, garantir que somente pessoas autorizadas tenham acesso aos dados transmitidos e garantir a possibilidade de verificação periódica das alterações produzidas nos arquivos de dados.

Penalidades

O titular dos dados tem direito à inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem. E pode exigir indenização caso seja afetado.

A União fiscalizará o cumprimento da lei e aplicará penas administrativas, sem prejuízo das de natureza civil e penal. Poderá impor advertência, com indicação de prazo para medidas corretivas; alteração, retificação ou cancelamento do banco de dados; multa de até 5% do faturamento do grupo econômico no Brasil; suspensão ou proibição parcial ou total das atividades de tratamento de dados pessoais; e até mesmo intervenção judicial.

Randolfe Rodrigues (Rede-AP), Walter Pinheiro (PT-BA), Cristovam Buarque (PDT-DF) e Lasier Rodrigues (PDT-RS) elogiaram o trabalho de Aloysio. Walter citou um caso pessoal em que seus dados foram utilizados para a compra de viagens. Ele defendeu a punição de quem permite a divulgação de dados como os do cartão de crédito e criticou a venda desse tipo de informação.

Projeto obriga órgãos públicos a emitir certidões pela internet

Órgãos da administração pública, autarquias, empresas públicas e fundações da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios poderão ser obrigados a disponibilizar, em suas páginas na internet, opções para requisição e expedição de certidões por meio eletrônico.

A medida consta do PLS 83/2014, do senador Romero Jucá (PMDB-RR), aprovado ontem pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). O objetivo é modernizar o processo de emissão de documentos e reduzir a burocracia no país.

O relator, senador Walter Pinheiro (PT-BA), observa que eventuais incertezas sobre os “documentos virtuais” vêm sendo superadas pelos bons resultados na adoção desses procedimentos e pelo alcance social da medida.

“A despeito da incerteza inicialmente associada ao uso de documentos virtuais

com equivalência jurídica aos originais, é preciso ter em mente que o país vem dando passos nesse sentido há mais de dez anos, em aplicações de grande relevância e alcance sociais, sem que tenham sido registradas falhas sistêmicas”, afirmou Pinheiro no relatório.

O senador lembra que o ordenamento jurídico já trata da validade de documentos eletrônicos. A Lei 11.419/2006 autoriza os tribunais a admitir comunicação de atos e transmissão de processos por meio eletrônico.

O projeto altera a Lei 9.051/1995, que normatiza o direito à obtenção de certidões em repartições públicas. A disponibilização dos documentos por meio eletrônico não elimina a possibilidade de requisitá-los em papel, pessoalmente.

Os órgãos terão dois anos, a contar da publicação da lei, para implementar a medida. A matéria segue para decisão terminativa na CCJ.

Comissão rejeita retirar aviso de alimento transgênico

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) rejeitou ontem o PLC 34/2015, que retira a obrigação de estampar o símbolo indicando a presença de ingrediente transgênico nos rótulos de alimentos. O projeto ainda precisa ser votado pelas Comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA).

A proposta flexibiliza a regra para a rotulagem de alimentos que contêm organismos geneticamente modificados, como óleo de soja e fubá, e outros produtos que têm a soja e o milho, entre outros, como ingrediente básico. O texto diz que a informação só deverá constar do rótulo quando os transgênicos compuserem acima de 1% do produto. O projeto elimina a obrigação de indicação do tradicional T no triângulo amarelo, que deve ser substituído pelas expressões “(nome do produto) transgênico” ou “contém (nome do ingrediente) transgênico”.

O relator, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), sustentou que a retirada da informação



O relator, Randolfe Rodrigues, que vê no projeto ameaça ao direito à informação

fere o direito constitucional à informação.

O texto modifica a sistemática para a identificação da origem transgênica. Hoje, ela é realizada com base na matéria-prima utilizada no produto final. Se o texto for aprovado, a identificação da origem transgênica será realizada no próprio produto final, através de análise laboratorial. A identificação da transgenia seria realizada não mais com base na matéria-prima, mas no próprio produto acabado.

Ocorre que muitos dos alimentos que contêm transgênicos são ultraprocessados

(como óleos e margarinas), impossibilitando a detecção da origem transgênica, explicou Randolfe. Por isso, de acordo com o senador, o texto violaria o direito fundamental à informação, “permitindo que a sociedade seja ludibriada sobre a presença ou não de transgênicos nos produtos que consome diariamente”.

Lasier Martins (PDT-RS), no entanto, considerou a polêmica em torno da retirada do símbolo de transgenia um exagero e se disse contra a presença do T nas embalagens. Ele lembrou que o Brasil consome transgênicos há pelo menos dez anos.

Projeto de terceirização é defendido em debate

Modo de contratação vai contribuir para a produtividade das empresas, segundo representantes da indústria e do comércio e economistas que participaram de audiência

REPRESENTANTES DA INDÚSTRIA e do comércio e professores de economia afirmaram que a terceirização da mão de obra, ao contrário do que afirmam as centrais sindicais, contribuirá para a melhoria da produtividade das empresas no país. Pela primeira vez eles debateram no Senado o Projeto de Lei da Câmara (PLC 30/2015), que permite a terceirização inclusive em atividades-fim.

Em audiência pública da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), os representantes das Confederações Nacionais da Indústria (CNI) e do Comércio (CNC), respectivamente Alexandre Furlan e Laércio Oliveira, condenaram o que chamaram de viés ideológico na discussão do tema, que interessa a 13 milhões de trabalhadores.

Hélio Zylberstajn e José Pastore, professores da Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo (USP), fizeram reparos aos estudos que embasam as críticas ao PLC 30/2015. Aos que apontam riscos de precarização das relações de trabalho, Zylberstajn respondeu que, na verdade, “o que está sendo precarizado é o debate”.

Pastore apresentou um checklist com direitos previstos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e na Constituição mostrando que todos são mantidos pelo projeto. Citou também novos direitos introduzidos pelo PLC 30, como o regime de corresponsabilidade nos contratos, a garantia financeira para obrigações trabalhistas e a oferta de refeitório, ambulatório, transporte e treinamento para os terceirizados.

Zylberstajn questionou a amplitude da terceirização e disse que a proporção



Raimundo Lira (C) preside audiência pública com José Pastore, Hélio Zylberstajn, Laércio Oliveira, Alexandre Furlan, Carlos Lacerda e Graça Costa

de terceirizados no mercado de trabalho não é tão grande como dizem as centrais sindicais. Segundo ele, a diferença de salários é muito pequena entre terceirizados e contratados diretamente e há casos de diferenças a favor dos terceirizados, como no que se refere aos vigilantes.

“Posição ambígua”

Autor do requerimento para a audiência, presidida pelo senador Raimundo Lira (PMDB-PB), Ricardo Ferraço (PMDB-ES) disse que “a posição ambígua” do governo sobre a terceirização contribui mais para confundir do que para facilitar o debate. Segundo ele, enquanto ministros se posicionam contra o projeto, o governo, na prática, recorre cada vez mais à terceirização.

Ferraço afirmou que, em 2003, a Petrobras tinha 120 mil funcionários terceirizados — número que passou

para 360 mil nos três últimos governos. Em 2002, acrescentou, o Banco do Brasil contava com 2 mil terceirizados, que hoje somariam 42 mil.

Relator da proposta na Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional (CDN), que avalia todos os projetos da Agenda Brasil, Paulo Paim (PT-RS) anunciou a intenção de apresentar substitutivo onde vetará a terceirização para todas as atividades de uma empresa, como prevê o texto que veio da Câmara. O senador prometeu “relatório equilibrado” sobre o projeto, que será votado pela CDN antes de seguir para decisão final do Plenário do Senado.

Já os representantes da Força Sindical, Carlos Cavalcante Lacerda, e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Graça Costa, coincidiram nas críticas à permissão para que sejam terceirizadas atividades-fim, vedada hoje por decisão (Súmula 331) do

Tribunal Superior do Trabalho (TST). Segundo Graça Costa, todas as centrais sindicais defendem essa restrição.

O senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) observou, porém, que a decisão tomada pelo tribunal foi para preencher uma lacuna na legislação. Os senadores Tasso Jereissati (PSDB-CE) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) defenderam a identificação de pontos na proposta que possam significar risco de precarização das relações de trabalho, para que sejam excluídos do texto.

O senador Hélio José (PSD-DF) sugeriu “muita calma” no debate, que, em sua avaliação, deve reunir todos os interessados em aperfeiçoar o projeto. Para Hélio José, a regulamentação da situação dos 13 milhões de terceirizados é essencial, mas a discussão sobre a permissão para terceirizar atividades-fim deve ser aprofundada.

Representantes do setor audiovisual apoiam reajuste de taxa da Ancine

O reajuste de taxas cobradas pela Agência Nacional do Cinema (Ancine) foi tema de audiência pública ontem na comissão mista que analisa a Medida Provisória 687/2015. Representantes de associações ligadas à produção audiovisual no país defenderam o reajuste da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (Condecine), arrecadada pela Ancine. Segundo o governo, as taxas cobradas pelo órgão e direcionadas à manutenção de políticas de incentivos, além da fiscalização, estão sem aumento há 15 anos.

A MP autoriza o governo a aumentar também a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA), cobrada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), e a taxa cobrada sobre os processos de ato de concentração de competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Neste caso, o tributo passa de R\$ 45 mil para R\$ 85 mil. As duas taxas já foram tema de audiência na comissão.

Para a diretora da Associação Brasileira da Produção de Obras Audiovisuais, Sonia Piassa, que participou da audiência, o reajuste da Condecine é justo e os recursos do Fundo Setorial do Audiovisual, que também é alimentado pela contribuição, incentivam o desenvolvimento da produção audiovisual no país.

— A gente está perdendo R\$ 550 milhões por ano. É muito grave para o nosso mercado, que é o único que tem filmagem diariamente, que ativa as

equipes, que bota o pessoal pra trabalhar, porque publicidade tem todo dia — afirmou.

Ricardo Castanheira, diretor na América Latina da Motion Picture Association, responsável por seis grandes estúdios de cinema do mundo, também foi favorável ao reajuste, mas sugeriu a adoção de critérios que tenham como base o IPCA, o indicador oficial da inflação.

— Se nós aplicarmos o IPCA atual ao valor dos R\$ 3 mil que correspondem ao pagamento da Condecine hoje, com a cor-

reção monetária dos 12 anos, daria um aumento superior a 100%. Iríamos falar de algo em torno de R\$ 7,2 mil — disse.

O relator da MP, deputado Afonso Motta (PDT-RS), reafirmou que vai sugerir a retirada da autorização permanente para que o Executivo reajuste as taxas sem a aprovação do Congresso. A comissão é presidida pelo senador Hélio José (PSD-DF). Ele pediu colaboração dos parlamentares para que o texto possa ser votado na comissão na terça-feira.



Hélio José (C) coordena debate com Maurício Hirata, deputado Afonso Motta, Roberto de Carvalho e Sonia Piassa

Comissão discute desaparecimento de crianças hoje

Uma página na internet para localizar crianças desaparecidas, elaborada pelo Conselho Federal de Medicina, será tema de audiência pública hoje, às 9h, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Em razão do Dia da Criança, comemorado na segunda-feira, o Conselho Federal e os conselhos regionais de Medicina estão promovendo as atividades nos estados para chamar a atenção dos médicos e da sociedade para o desaparecimento de crianças. Estima-se que, por ano, 50 mil sumam no país. Há 250 mil casos sem solução.

PARTICIPE DA AUDIÊNCIA

HOJE, às 9h

▶ Envie sua pergunta ou sugestão:

- <http://bit.ly/audienciainterativa>
- Alô Senado: 0800 612211

▶ Portal e-Cidadania:

www.senado.leg.br/ecidadania

▶ Facebook: senadofederal

[@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

▶ TV: www.senado.leg.br/TV

▶ Taquigrafia:

<http://bit.ly/comissaoDireitosHumanos>